Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 88, nº 1-9, janeiro-setembro/1970, pp. 23-33

PROJECÇÃO FUTURA DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA (*)

JOSÉ BEJA NEVES
Engenheiro Civil (U. P.)
Vice-Presidente da Comissão Luso-Brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa

1 — Constitui matéria de lei, desde há alguns anos, em todo o conjunto português e no Brasil, a disposição segundo a qual o dia 22 de Abril deverá ser, em cada ano, o dia da Comunidade Luso-Brasileira. Há que sublinhar, nesse dia, o significado, as realizações e as perspectivas da Comunidade, bem como a participação, nela, de cada um dos países que a integram.

Circunstância aparentemente chocante e paradoxal é esta de se haver justificado converter em lei disposições que deveriam constituir permanentes focos de atenção em todo o conjunto da Comunidade.

Não pode duvidar-se, porém, de que a iniciativa do ilustre senador brasileiro Vasconcelos Torres, ao propor a instituição do dia da Comunidade, correspondeu a um imperativo que não deixaremos de reconhecer se alguma vez tivemos a oportunidade de reflectir, ainda que ràpidamente, sobre a presença viva e actuante que a Comunidade Luso-Brasileira, como tal e a tantos títulos virá a ter no mundo, sobre as razões que até agora têm impedido essa presença e sobre as responsabilidades que, em tais circunstâncias, nos cabe assumir.

Sem deixarmos de ter presente, como aliás agora insistentemente se repete, que é cada dia mais premente passar das palavras aos actos, não poderá pôr-se em dúvida a plena razão de ser desta sessão, bem como o significado e o alto relevo que deve ter perante os valores de toda a ordem que estão em causa se é da Comunidade Luso-Brasileira que nos ocupamos.

(*) Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 22 de Abril de 1970 — Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

Especiais deveremos considerar tais significado e relevo se os ligarmos à prestigiosa instituição que hoje nos acolhe e que, com tão alto sentido dos interesses nacionais de Portugal e do Brasil, de tão longa data conferiu às relações entre os dois países posição prioritária na sua esfera de acção. A honra de pertencer à Comissão Luso-Brasileira dá-nos, Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, a privilegiada oportunidade de mais directamente beneficiar dos resultados da análise e da interpretação tão profundas e realistas que V. Ex.ª tem sucessivamente feito dos complexos problemas do nosso tempo. Alto valor nacional, não o é V. Ex.ª menos da Comunidade Luso-Brasileira a cuja construção — inevitável — tem poderosamente ajudado aqui e no Brasil.

Crendo que nos encontramos no limiar da história da Comunidade, tomada como bloco de influência mundial, justificar-se-á certamente que nos detenhamos a reflectir sobre a sua projecção futura, insistindo em que a reflexão só se justifica para agir e em que a urgência da acção cresce dia a dia.

Não se considera, na verdade, que ofereça justificação insistir na realidade da situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos que, na expressão introdutória do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, decorre das afinidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas que, após mais de três séculos de história comum, uma história que nenhum dos países interrompeu com a separação, antes prolongou, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa. Amplamente produzida, a demonstração de que assim é centrar-nos-ia sobre um passado cuja evocação é sempre origem de emoções para portugueses e brasileiros; analisado sob todos os ângulos, esse passado deve sobretudo servir como poderosa fonte de inspiração para o futuro.

Porém, se efectivamente a intimidade dos vínculos existentes constitui base irrefutável de autêntica Comunidade, a verdade é que a posição actual, traduzindo-se ainda na palidez ou deformação da imagem recíproca Portugal-Brasil e no alheamento ou dificuldade com que penosamente se vai abrindo um caminho de permanente associação, não está, por ora, na correspondência do futuro que é claramente possível antever. Esse futuro nos pedirá contas pelo tempo que viermos a perder.

2 — Parece haver, no entanto, alguns motivos para moderar a decepção que a situação presente é susceptível de causar. Especialmente duas circunstâncias podem em tal sentido ser invocadas.

A primeira estará no peso das tremendas tarefas internas que, aliás, permanecem e que terão levado cada um dos dois países, durante largo período, em correspondência de resto com numerosas atitudes semelhantes de outros, a fecharem-se sobre si próprios. O peso dessas tarefas resultará amplamente confirmado pelas dificuldades que ambos estão enfrentando na realização prática da integração dos espaços que lhes respeitam ou, o que é o mesmo, na progressiva

supressão ou atenuação das vincadas assimetrias de desenvolvimento que ainda caracterizam o conjunto português e o espaço brasileiro. Pode notar-se, na verdade, que a quase sobre-humana aptidão para criar unidade e manter afinidades de toda a ordem, com o valor crescente que apresenta no mundo dos nossos dias, não teve paralelismo de correspondência na capacidade de desenvolvimento material, embora deva notar-se que grande parte desse desenvolvimento diz respeito à área tropical, mais dependente que outras, no seu progresso, dos avanços da ciência e da técnica.

A segunda das circunstâncias que poderão levar-nos a compreender — não por muito tempo mais — a actual situação Portugal-Brasil, é a de que pode ainda considerar-se recente a evolução mundial no sentido da internacionalização, em todos os níveis e aspectos, dos problemas humanos dos nossos dias. É precisamente essa evolução que nos surge mais em foco quando nos ocupamos do futuro da Comunidade Luso-Brasileira e da influência poderosa que deverá vir a exercer, no seu interesse e talvez, sobretudo, no interesse da humanidade.

Ainda sob o mesmo aspecto — razões da posição actual — não será descabido pensar que a autenticidade dos vínculos que tornam real a Comunidade Luso-Brasileira terá actuado no sentido de realçar circunstâncias negativas que, em diferentes condições, não avultariam. Será certamente esta uma situação paradoxal, mas não deixaremos de notar, à nossa volta, imagens familiares que a confirmam e que aliás mostram como pode ser quase explosiva a mudança de atitudes perante situações prementes que devam ser vencidas.

Sendo evidente e notável a nossa capacidade para enfrentar e vencer tais situações, que são as que se nos estão apresentando com clareza crescente e iniludível, devemos reconhecer que não pode colocar-se no mesmo nível a preserverança com que nos movemos se admitimos que os objectivos em vista podem ser atingidos a prazo mais ou menos longo.

3 — É difícil tratar da projecção futura da Comunidade Luso-Brasileira se houver que fazê-lo dentro de severas limitações de tempo, tão numerosos são os aspectos a ter em conta e tão merecedores de análise detida são muitos desses aspectos. Teremos que limitar-nos a simplesmente mencionar e resumir alguns pontos importantes que não deixarão de constituir visão incompleta, concluindo que plenamente se justificará, como tem sido proposto, que a esta matéria possam vir a dedicar-se, com permanência e sem dispersão de esforços, as pessoas capazes de esclarecer e desbravar os melhores caminhos a seguir, com a devoção, a competência e a imaginação que são de exigir-lhes. Extremamente rica, aliciante e produtiva poderá vir a ser a acção de um Instituto da Comunidade que poderia criar-se, ou de Instituições já existentes de um e outro lado do Atlântico e que à tarefa quisessem votar-se.

4 — Não se estranhará, por certo, que a análise da projecção futura da Comunidade Luso-Brasileira envolva frequentes ou mesmo dominantes referências aos aspectos económicos dessa projecção. O desenvolvimento material não constitui, é certo, um objectivo em si mesmo e apenas deve ser considerado como meio — aliás imprescindível — para se alcançarem os progressos humanos de que a nossa época se mostra tão carecida. Resultam, aliás, das potencialidades do conjunto luso-brasileiro, no que a tais progressos humanos se refere, as maiores responsabilidades que esse conjunto deverá assumir ao participar e influir na evolução do mundo dos nossos dias. Não lhes corresponderemos se não caminharmos decidida, corajosa e ràpidamente no sentido da integração e designadamente da integração económica dos espaços que nos respeitam. Se pretendermos participar e influir separadamente ou deixando de lado qualquer das parcelas integrantes da Comunidade, seja ela europeia, americana, africana, asiática ou oceânica, estaremos a demitir-nos da missão que nos impusemos e que històricamente nos cabe, ao mesmo tempo que abdicaremos de interesses que devemos defender e salvaguardar para não afectarmos a expansão e o progresso humano do conjunto pelo qual somos directamente responsáveis e que contém ainda largos espaços a preencher e explorar.

5 — Importa caracterizar o panorama mundial no qual a nossa Comunidade se insere com suas potencialidades e aptidões, apontando os traços fundamentais da evolução, ou melhor, das transformações ou mutações verificadas desde a segunda guerra mundial. Essa análise é importante para se entender e situar a referida inserção.

— Em primeiro lugar, quebrou-se o isolamento, mais ou menos vincado, em que, até então, se viveu. Os conceitos de justiça social e dignidade humana adquiriram dimensão planetária, conduzindo à definição de direitos cuja satisfação, ainda que através da generalização de níveis mínimos aceitáveis, constitui o grande desafio às capacidades do nosso tempo. O mundo entrou, assim, em comunicação e caminha, inexoràvelmente, para a plena consciência da sua unidade.

— Notar-se-á, a seguir, que se acentuou enormemente o progresso tecnológico com o qual a história se acelera; todos somos testemunhas das espectaculares demonstrações de toda a ordem que desse progresso resultam. Sem alongar as considerações que a este respeito se justificaria fazer, reteremos apenas que já não são devidas a falta de meios técnicos as tremendas dificuldades de que continua a revestir-se a supressão ou simples atenuação das vincadas assimetrias mundiais; reteremos ainda, pelo interesse especial que apresentam e pela influência que exercem sobre a presente evolução humana, os meios técnicos votados à preservação ou à recuperação da saúde.

— Penetrou-se no domínio atómico, com profundos e ainda muito parcialmente explorados ou conhecidos reflexos sobre as mudanças entre as quais caminha a sociedade dos nossos dias. Cedo ainda para antever toda a gama de influências, sem dúvida poderosas, que poderá advir da utilização pacífica da energia atómica, parece que deve ter-se por certo que o abundante arsenal de armas nucleares existente no mundo definitivamente afastou a guerra total. Atingem o maior alcance as consequências ainda incompletamente analisadas deste facto, que profundamente alterou a disposição, a capacidade e a influência dos centros autónomos que no mundo tomam decisões cada vez mais dependentes umas das outras.

— Intensificou-se a chamada explosão demográfica, em grande parte devida ao progresso tecnológico. A população mundial é, presentemente, de cerca de 3.500 milhões de pessoas. Segundo previsões que provàvelmente ficarão aquém da realidade e que a guerra total não afectará, como é de crer, atingirá 7.000 milhões no final do presente século e 50.000 milhões mais 100 anos decorridos. A expansão demográfica provém sobretudo das regiões menos desenvolvidas. Continua a ser verdade que os países ricos se vão tornando cada vez mais ricos ao passo que os pobres cada vez mais populosos e distanciados dos primeiros.

Em termos médios, poderá prever-se que os países subdesenvolvidos, no seu ritmo presente de expansão, só daqui a dois séculos poderão atingir o nível actual das nações mais avançadas da Europa ocidental. E ainda mesmo que esses países pudessem desde já atingir taxas de crescimento anual não inferiores a 5 %, desenvolvendo ao máximo os seus esforços, como não poderão deixar de fazer, haveria que decorrer ainda um período de cerca de 100 anos para que níveis europeus fossem alcançados; para tal, porém, seriam necessários investimentos de alto vulto que só os mais evoluídos poderiam proporcionar. Se procurarmos, como já se tem feito, ajuizar dos progressos que estes últimos países poderão realizar no espaço de um ou dois séculos, teremos uma imagem nada tranquilizadora dos aspectos de que pode vir a revestir-se a incapacidade actual para impedir que se avolume o fosso existente entre os países desenvolvidos e os que se esforçam por alcançar essa posição.

Completaremos a sumaríssima caracterização do panorama actual, lembrando que, após a última guerra mundial, os países evoluídos conseguiram, com hábil recurso à experiência anterior, evitar as profundas perturbações, especialmente de carácter económico, que poderiam ter surgido. Não puderam, porém, apesar de algumas meritórias intenções e disposições concretas, evitar que se avolumasse e que continui a avolumar-se a distância entre nações ricas e nações pobres, estas últimas a braços com graves problemas de distribuição da reduzida parcela do rendimento mundial que lhes cabe.

Surgiram movimentos de integração que visaram o alargamento a grupos de nações dos espaços abertos a toda a espécie de contactos e de trocas, suprimindo as barreiras e entraves antes correspondentes às fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que, com maior ou menor profundidade, procuraram, nos seus tratados ou convenções de base, estabelecer normas de conjugação através da definição de políticas comuns que abrangem numerosos sectores da actividade dos países integrados; deixam-se às vezes de lado apenas os problemas da defesa ou da política internacional com ela relacionada.

A estes movimentos têm correspondido dificuldades que crescem com as desigualdades entre os componentes de cada área de integração e também com o grau de subdesenvolvimento desses componentes. Dificuldades ainda maiores têm caracterizado as escassas relações até agora estabelecidas entre espaços económicos integrados. Aqui nos encontramos de novo com sintomas inquietantes se tivermos em mente a premência da atenuação dos desequilíbrios mundiais.

Na verdade, o simples exame da distribuição dos níveis de desenvolvimento à escala mundial, relacionando-a com as características e aptidões das diversas zonas do globo para proporcionarem riqueza e bem estar aos seus habitantes, mostra que não será viável eliminar aqueles desequilíbrios sem a colaboração activa e multiforme dos países evoluídos, por mais que os atrasados se empenhem e efectivamente desenvolvam o seu máximo esforço próprio.

Deste modo, inevitàvelmente terá que caminhar-se para a definição de áreas de integração que não envolvam apenas países de características semelhantes — ao contrário do que por vezes surpreendentemente se defende — abandonando-se a prática actual segundo a qual se pretende integrar sem que os mais evoluídos normalmente estejam dispostos a sacrificar qualquer parcela da sua prosperidade em favor dos menos beneficiados. Por outro lado, sendo certo que se reconhecerá progressivamente a inviabilidade, a mais ou menos longo prazo, de prosperidades isoladas, não poderão deixar de estabelecer-se relações, hoje inexistentes ou difíceis, entre espaços intgrados.

6 — De quanto resumidamente se apontou, tentando caracterizar, nas suas linhas gerais menos afectadas por contínuas mutações, a problemática mundial actual, poderemos extrair a conclusão de que nem a falta de recursos técnicos nem mesmo a de meios materiais podem ser tornadas responsáveis pelas dificuldades da época presente.

É evidente que essas dificuldades estão sobretudo relacionadas com dolorosos problemas de convivência que avultam cada vez mais na sociedade comunicante dos nossos dias. O grande problema da actualiade é, de facto, como tantas vezes se tem repetido, o problema do homem, da sua natureza frequentemente impeditiva de convergência e integração.

Em tais condições, não será ousado prever que se está lançando autêntico desafio à capacidade de brasileiros e portugueses. Tudo indica que será profunda a influência sobre a problemática esboçada, por parte de um conjunto — a Comunidade Luso-Brasileira — de muito longe à frente de qualquer outro na resolução dos problemas da integração e da convivência entre todos os homens, qualsquer que sejam a sua raça, origem ou posição social.

Oferece, na verdade, apaixonante interesse procurar antever o papel que uma autêntica Comunidade poderá desempenhar no mundo actual e futuro, constituindo bloco poderoso dominantemente caracterizado por alto sentido ecuménico e criador de paz e convergência e, por isso mesmo, garantia da posição cimeira que não pode deixar de corresponder aos valores humanos, espirituais e morais. Esse bloco, se efectivamente formado, abrangeria perto de 120 milhões de pessoas — uma das populações mais jovens e em mais rápido crescimento em todo o mundo — e cobriria cerca de 10 milhões de km² de terras que estão longe de ser desérticas.

Por outro lado, promovendo a sua própria e global integração, como tudo indica que deverão fazer, o Brasil e Portugal não podem — nem devem — abandonar ou faltar a compromissos que lhes resultem das ligações que assumiram. Doutro modo, negando o sentido principal da sua maneira de influir e agir, estariam alimentando o clima de desconfiança que a outros tem cabido gerar e manter. A Comunidade Luso-Brasileira poderá assim contribuir para que se processem e facilitem relações entre as organizações de integração de que fazem parte, abrindo caminho neste difícil aspecto do desenvolvimento inevitável e fatalmente crescente das relações internacionais.

Se tivermos ainda presente que parte importante do espaço luso-brasileiro se situa nos trópicos, ou seja em regiões das mais carecidas de toda a espécie de apoios e mais dependentes, no seu progresso, dos recursos tecnológicos, melhor ainda poderemos antever a dimensão e a influência da projecção futura da Comunidade que constituímos.

7 — Aceitar o desafio a que aludi, como não poderemos deixar de fazer se, além do interesse próprio, reconhecermos que podemos contribuir para que se caminhe no sentido da solução dos problemas humanos que se agravam no nosso tempo, implica necessàriamente que se estudem e desenvolvam todas as capacidades e potencialidades da Comunidade de que fazemos parte. E uma vez mais se nos apresenta o incremento das relações económicas como condição indispensável de valorização, na base de todo o aprefeiçoamento e de todo o progresso, quaisquer que sejam os aspectos que consideremos.

8 — A este respeito, terá interesse recordar alguns acontecimentos recentes, secundando a homenagem algo tardiamente prestada por Portugal a um brasileiro

ilustre e renovando determinada proposta concreta que por ele tem sido repetidas vezes formulada e à qual dificilmente se compreende que até ao presente não tenha sido dado seguimento válido ou, pelo menos, conhecido.

Há cerca de quatro anos, através de uma série de conferências e debates, promoveu a Ordem dos Engenheiros de Portugal, em Lisboa, num sentido de aplicação prática e de aberta discussão, a análise dos problemas do desenvolvimento económico situados no quadro do nosso interesse mais directo. Em acordo com essa perspectiva, convidou, para tomarem parte, além de técnicos de um organismo mundial inteiramente votado aos problemas da colaboração internacional, especialistas brasileiros e espanhóis. Só não pôde obter, por circunstâncias momentâneamente impeditivas, a colaboração destes últimos.

Entre as pessoas que nos honraram e ajudaram, então, com a sua participação na iniciativa, figurou um dos maiores Economistas do Brasil, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico, José Garrido Torres. O tema que acedeu a tratar foi precisamente o da integração económica. Terminadas as sessões de estudo, efectuou uma visita de algumas semanas a Angola e a Moçambique. Pôde assim adquirir uma visão de conjunto que lhe confirmou, em relação à concretização da Comunidade Luso-Brasileira, aliciantes perspectivas de conjugação e expansão que entusiàsticamente tem proclamado e defendido, com persistência e realismo que são de assinalar e que inteiramente justificam a homenagem que devemos prestar-lhe pela parte importante que já inegàvelmente lhe cabe nos esforços que visam a construção da Comunidade.

Muito do que então defendeu teve expressão nos Acordos de Cooperação, firmados em 1966 entre o Brasil e Portugal.

Não aconteceu assim em relação à proposta que insistentemente tem feito no sentido de que se promova, de uma forma sistemática, profunda e séria, o que tem chamado «levantamento das estruturas económicas em presença.»

Citarei apenas a última insistência que conheço a este respeito. Falando ao «Mundo Português», em fins de Julho do último ano, após a visita que o Senhor Presidente do Conselho de Ministros de Portugal realizou ao Brasil, Garrido Torres, defendendo a constituição de um grupo competente que, em ambos os lados do Atlântico, trabalhando em permanente contacto, estudasse os problemas postos pela concretização da Comunidade, declarou:

«Porque se não procura, mediante análise séria e objectiva, prover um subsídio seguro sobre o qual fundamentem os dois governos a política que lhes convém recìprocamente?

Afinal, no desconhecimento actualmente existente, nada mais recomendável do que um levantamento em profundidade das estruturas em presença, para determinar possibilidades e contornar dificuldades, o que equivale a dizer que

é necessário abandonar meras impressões, mais ou menos falsas ou desactualizadas para construir a Comunidade — a que sempre prefere chamar Lusíada — sobre a rocha firme e sólida do conhecimento dos factos.»

E concluiu: «Precisamos de acção deliberada e resoluta, enquanto é tempo!»

Certamente se justifica que a esta proposta seja dado, com a profundidade que se requere, urgente seguimento.

9 — Parte relevante do trabalho a que Garrido Torres se tem referido, deverá, inicialmente pelo menos, incidir, com a maior franqueza e realismo, sobre os obstáculos que é comum apontar como impeditivos da concretização da Comunidade. Até agora, parece que, efectivamente, esses obstáculos, apesar de apenas enunciados, têm conseguido impedir que se generalise e fortaleça uma condição de base: a do reconhecimento da possibilidade, necessidade e premência de valorizar a Comunidade Luso-Brasileira ou Lusíada, ponto de partida do desejo generalizado, actuante e indispensável de a construir.

Entre os obstáculos mais frequentemente apontados, há dois que sobrelevam os demais, atribuindo-se-lhes normalmente efeitos que cresceriam com o tempo até se tornarem definitivamente impeditivos.

O primeiro resultaria de alguns aspectos concorrenciais dos interesses económicos dos dois países; o segundo viria das ligações do Brasil e de Portugal aos movimentos de integração de que já fazem parte.

Quanto aos aspectos concorrenciais de que se revestiriam certas produções do Brasil e do Ultramar português, com relevo especial para o café, parece, antes de mais, fora de dúvida que tais produções existiriam sempre, com ou sem Comunidade. Se assim é, qual será a situação preferível? A da frente comum, face ao comércio mundial, conjugando os dois países as suas posições e valorizando-as o mais possível individualmente e em conjunto, ou a da concorrência pura e simples que não poderá deixar de prejudicar, até porque reduz as possibilidades de promoção que normalmente resultam da conjugação de esforços no domínio das trocas comerciais? É certamente este um dos aspectos em que a existência de autêntica Comunidade não deixará de servir os interesses do conjunto. Tudo estará em que efectivamente se consiga encarar as produções desse conjunto, considerando-as simplesmente comuns e tratando-as como tais em clima de unidade, em vez de as classificar como concorrenciais, aceitando antecipadamente os efeitos corrosivos dessa classificação.

No que toca às ligações do Brasil e de Portugal às suas áreas de integração, não há dúvida de que, à medida que essas ligações se tornam mais íntimas, aumenta a dificuldade com que os dois países porão em prática a sua própria

integração. Assim, e porque, por outro lado, a crescente aceleração da história confere valor cada vez maior às potencialidades do conjunto luso-brasileiro e, em especial, às que vão de encontro aos problemas humanos dos nossos dias, não há dúvida de que não deve protelar-se mais a efectiva concretização da Comunidade a que pertencemos.

Não poderão, porém, as aludidas ligações vir, em qualquer caso, a assumir posição impeditiva daquela concretização.

Quanto ao Brasil, não poderá deixar de expandir-se nas suas relações com outros países, como grande potência do futuro que virá a ser e que provàvelmente não seria se outras tivessem sido a sua origem e formação; essa expansão não deixará de verificar-se para além da área de integração de que actualmente faz parte e que aliás lhe tem causado acentuadas decepções. A ligação que a Comunidade lhe proporciona poderá vir exactamente ao encontro daquela inevitável expansão.

No que diz respeito a Portugal, permitir-me-ia repetir o que tive ocasião de afirmar na oportunidade em que, há poucos anos, a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu o estudo do desenvolvimento económico do espaço português.

Apontando a intimidade e permanência da colaboração que deveríamos manter com o Brasil, em termos de absoluta singularidade no complexo das nossas relações internacionais, acrescentei então:

«Atingida, nas nossas relações com a Espanha, posição irreversível em que os dois países mutuamente se consideram e respeitam, creio que por numerosas vias poderemos concluir pela vantagem de estreitas relações e cooperação com esse país, abertamente lançado no caminho da colaboração internacional, designadamente com os países da América Latina.

Se olharmos o Brasil, a Espanha, a América Latina e as posições portuguesas, em especial no que se refere à Europa e à África, teremos por certo definido uma larga zona de um interesse que muito pode tocar-nos...».

As nossas ligações e rumos económicos têm sido ùltimamente objecto de discussão por certo benéfica, útil e esclarecedora. Afigura-se lícito pensar, perante os pontos de vista expressos, que a nossa natural e estimulante ligação à Europa não deve prejudicar ou pôr de qualquer forma em causa a integração, talvez difícil mas rigorosamente indispensável, do conjunto português. Em tais condições, se efectivamente alcançada a Comunidade com o Brasil, em espírito de verdadeira unidade e autenticidade, a colaboração daí resultante traduzir-se-á em extensão da área de interesse — ou mercado comum — que nos diz respeito,

introduzindo facilidade, até pela experiência que se adquire, no processo que visa o objectivo de compatibilizar a ligação europeia com as demais que nos interessam. Não será talvez ousado prever que o levantamento das estruturas económicas em presença no conjunto da Comunidade, também virá, quando realizado, a reforçar a facilidade com que poderemos alcançar aquele objectivo.

Por conseguinte, e também pelo nosso lado, a ligação europeia não deverá ser considerada impeditiva ou mesmo talvez dificultante da concretização da Comunidade.

Outros obstáculos têm sido apontados. Referem-se, na sua generalidade, a circunstâncias negativas que fazem avultar a necessidade do esforço que visa o esclarecimento da opinião pública nos dois países e a urgente correcção da imagem recíproca Portugal-Brasil, mas que forçosamente não poderão resistir a um mínimo de realismo na apreciação dos factos e das situações.

É nesse âmbito que devemos impulsionar o estabelecimento de contactos no espaço luso-brasileiro, havendo que saudar especialmente todas as formas de convivência cultural e a criação de ligações permanentes, marítimas e aéreas, entre o Brasil e as parcelas do conjunto português.

10 — No plano das acções concretas, fora do qual a Comunidade pode ser para nós origem de fortes emoções mas não existirá viva e influente como exigem as responsabilidades que devemos assumir, estará sem dúvida bem que termine com a referência que me permito fazer ao discurso notável que o Senhor Presidente do Conselho, visitando significativamente o Brasil, tão pouco tempo decorrido após a sua entrada em funções, pronunciou na sessão promovida, durante a visita, pelas associações económicas do Estado de S. Paulo.

Falando com o seu alto prestígio pessoal, ainda acrescido com o da função em que se encontrava investido, fez o Senhor Presidente do Conselho incisivo apelo ao dinâmico sentido das realidades que especialmente ao sector privado e empresarial de ambos os países cabe demonstrar, uma vez definidas pelos Governos as ideias fundamentais que devem presidir às nossas relações económicas.

Contém esse discurso ampla matéria oferecida à consideração de todos nós no sentido de não deixarmos de corresponder ao imperativo de esclarecimento e de participação que chama cada brasileiro e cada português, tanto quanto ao seu alcance, à acção eficaz da qual depende, como foi então afirmado, que a Comunidade Luso-Brasileira seja no mundo uma grande, uma pujante, uma imponente realidade viva e fecunda.

Não poderá ser de outro modo. Seria trair as imposições do passado e as responsabilidades que o presente nos impõe.